

Crescimento económico, com ou sem desenvolvimento humano?

Os factos através dos números sobre as regiões e províncias de Moçambique, apresentados no *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1999*

António Francisco*

O que não pode florir no momento certo
Acaba explodindo depois (Mia Couto)

Introdução

"Temos que eliminar as assimetrias regionais", declarou Joaquim Chissano, presidente da República, nas recentes comemorações do 25º aniversário da independência de Moçambique. Esta declaração, vinda de quem vem, é encorajadora, pelo menos duas razões principais. Por um lado, parece estarem abrir-se maiores perspectivas, já não apenas para um mero reconhecimento mas também para a transformadas das assimetrias regionais crónicas de desenvolvimento num problema político urgente. E, claro, mesmo aqueles que se esforçam por se manterem distantes da política, na prática são forçados a reconhecer que, em última instância, dela muito dependem os seus sonhos e projectos técnicos e profissionais. Por outro lado, ao nível da investigação científica vislumbram-se também possibilidades para que novos projectos possam florir; sobretudo os projectos que antes eram adiados por parecerem politicamente inoportunos ou pouco prioritários.

Pessoalmente, devo admitir que mais importante do que o sentimento de alívio, sinto-me satisfeito pelo facto de o *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1999* (RNDH99) aparecer esta semana a público. Recordo-me que há cerca de um ano, quando insistia na necessidade de virar a análise sobre o desenvolvimento humano em Moçambique para dentro do país, gente houve que bem preferia permanecer confortável na superfície dos problemas reais. Felizmente, crescem os indícios que a razão talvez possa florir no momento certo, evitando-se assim que expluda mais tarde, como sugere a citação no início deste artigo.

Sem deixar de continuar a situar Moçambique no contexto mais amplo do desenvolvimento, tanto regional como internacional, o RNDH99 distingue-se do primeiro¹ em pelo menos um aspecto importante: oferece ao leitor um conjunto de

* Professor Auxiliar da Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane e Coordenador da produção e redacção dos Relatórios Nacionais de Desenvolvimento Humano em Moçambique.

¹ PNUD. 1998. *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1998*, Maputo. Estes relatórios são financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Moçambique e encomendados a uma equipa independente de especialistas, directa ou indirectamente, associados a duas instituições locais: a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), através duma equipa de investigadores de diversas Faculdades, e não só, que se responsabiliza pela concepção, produção e redacção do conteúdo, e o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC, em inglês), a agência executora e responsável pela edição e impressão do Relatório.

dados inéditos na história da investigação socio-económica em Moçambique, nomeadamente, dados sobre o produto interno bruto (PIB), do índice de desenvolvimento humano (IDH) e do índice de pobreza humana (IPH) desagregados por províncias e principais regiões do país.

Estes dados estatísticos aparecem no RNDH99, conjuntamente com muitos outros organizados em mais de 50 quadros estatísticos, apresentados ao longo do texto e, sobretudo, numa secção específica designada 'anexo estatístico'. Os dados são, na sua maioria, baseados em fontes nacionais credíveis; sobretudo, inquéritos e censos do Instituto Nacional de Estatística (INE) que, ao longo de 1999, aperfeiçoou e actualizou substancialmente as suas estatísticas socio-demográficas e económicas. Desta forma, espera-se que o RNDH99 forneça aos seus utilizadores instrumentos analíticos úteis para as suas reflexões e busca de estratégias que realmente contribuam para redução das assimetrias, desequilíbrios e privações humanas em Moçambique.

Quem produz o quê e quanto? Quais as semelhanças e diferenças entre as províncias, em termos de progressos, privações e principais obstáculos à melhoria do desenvolvimento humano nas 11 províncias administrativas de Moçambique? Quais as características, dimensão e tendências das assimetrias dentro do nosso país? Como é que os recursos económicos se convertem em desenvolvimento humano? E, vice-versa, como é que o desenvolvimento humano contribui para a melhoria do crescimento económico? Será irrelevante priorizar o crescimento económico em vez do desenvolvimento humano? Que tipo de desenvolvimento tem Moçambique experimentado, tanto no passado como na actualidade: desequilibrado? Vicioso? ou virtuoso?

O presente Relatório, à semelhança do primeiro, levanta mais questões do que aquelas que consegue responder, no espaço e tempo, que tem sido reservado para a sua elaboração. Mas mais importante do que procurar uma resposta conclusiva a todas as interrogações que nele se levanta, o RNDH99 procura responder bem, pelo menos às questões sem as quais dificilmente poder-se-à alimentar um debate informado sobre as questões essenciais e mais complexas. E quais são essas questões básicas? São as que se relacionam com a medição da grandeza, por exemplo, das assimetrias regionais; ou a estimativa dos níveis e tendências de indicadores sociais e macro-económicos provinciais, sem os quais a resposta às questões essenciais e mais complexas tenderá a tornar-se muito especulativa e subjectiva.

E é precisamente sobre alguns desses instrumentos analíticos e, sobretudo alguns dos resultados essenciais, que este breve artigo procura chamar a atenção dos leitores deste semanário, precisamente no momento em que é publicado o RNDH99. Sem pretender descrever e resumir os seis capítulos do RNDH99 contem, este artigo concentra-se unicamente em dois dos diversos indicadores estatísticos tratados no RNDH99: a estimativa do PIB e do IDH por regiões e províncias.²

² Existem outros índices, como por exemplo, o Índice de Pobreza Humana e o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado aos Sexos, também desagregados por regiões e províncias, mas que, por razões de espaço, poderão ser objecto de outros artigos. Entretanto, a título de informação apenas, os seis capítulos são os seguintes: Capítulo 1 - Enquadramento conceptual, metodológico e estatístico; Capítulo 2 - Desenvolvimento humano no país: semelhanças e diferenças; Capítulo 3 - A riqueza da nação moçambicana; Capítulo 4 - O papel do trabalho assalariado nas estratégias de sobrevivência; Capítulo 5 - Entre a esperança e a incerteza: novos desafios face à ameaça da SIDA; Capítulo 6 - Desenvolvimento humano em Moçambique: conclusões e perspectivas futuras.

Desenvolvimento humano: o que é?

Antes de mais nada, importa começar por referir o que se entende por desenvolvimento humano nos Relatórios Nacionais de Desenvolvimento Humano. À semelhança dos relatórios internacionais,³ O RNDH99 define desenvolvimento humano como um processo de alargamento das escolhas das pessoas.

Trata-se duma definição demasiado simples e subjectiva para, pelo menos à primeira vista, merecer grande crédito; sobretudo se tomarmos em consideração que, em princípio, as escolhas das pessoas são infinitas, parecendo então impraticável operacionalizar-se uma tal definição de maneira a poder-se medir com certa exactidão os progressos e as privações no desenvolvimento humano num determinado país.

Contudo, a simplicidade da definição de desenvolvimento humano, acima apresentada, é enganadora e apenas aparente; como, aliás, acontece com tantas coisas simples na nossa vida quotidiana. Por seu turno, por detrás de inúmeras coisas aparentemente demasiado simples, geralmente esconde-se uma grande complexidade que não tem, necessariamente, de ser vista como complicadas. Na verdade, é precisamente aqui que entra a pesquisa científica: tornar compreensível os factos da vida, tanto os factos simples e complexos, quer sejam naturais ou sociais, económicos, culturais e psicológicos.

Ainda que o desenvolvimento humano abarque, por definição e na realidade, uma infinidade de escolhas humanas, existem pelo menos três que são essenciais, pois sem elas é praticamente impossível desfrutar das outras: ter um vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente.

Esta restrição das escolhas às dimensões humanas imediatamente essenciais tem um alcance operacional e analítico importante. Ela permitiu construir-se o índice de desenvolvimento humano (IDH), entre vários outros índices, que são, hoje, amplamente utilizados como importantes indicadores de análise do desenvolvimento num país. O IDH é composto pela esperança de vida à nascença, o nível educacional e o rendimento per capita.⁴

No entanto, esta restrição de modo algum impede, nem mesmo visa, sugerir que o IDH esgota e capta a totalidade das capacidades e oportunidades humanas, no processo de alargamento das escolhas das pessoas. Pelo contrário, a própria definição de desenvolvimento humano foi elaborada de maneira a reconhecer-se que existem muitas outras dimensões humanas, talvez mais contingenciais mas, de modo algum, desprezíveis e menos valorizadas pelas pessoas, tais como: liberdade política e de expressão, garantia de outros direitos humanos, como a dignidade, o auto-respeito e o respeito pelos outros. Na verdade, no caso particular de Moçambique, a privação e negligência destas dimensões humanas adicionais atingiram, em diferentes momentos da sua história, níveis de gravidade extrema e trágica. Basta recordar que os últimos 25 anos do Século XX foram marcados por conflitos armados violentos e com repercussões devastadoras para a maioria da população moçambicana.

³ Desde 1990, os relatórios globais de desenvolvimento humano têm sido publicados anualmente pelo PNUD, em Nova Iorque. O último, referente ao corrente ano 2000, foi publicado no final do mês passado. Nele, Moçambique é classificado na 168ª posição, entre 174 países. Ou seja, entre os dez países com menor desenvolvimento humano, incluindo, de baixo para cima, a Serra Leoa, Níger, Burkina Faso, Etiópia, Burundi, Guiné-Bissau, Moçambique, Chade, República Centro Africana e Mali.

⁴ Outros índices complementares foram também construídos, ao longo da década de noventa, como o índice de desenvolvimento ajustado aos sexos, a medida de participação ajustada aos sexos, e o índice de pobre humana.

À semelhança do que se passa com a vasta riqueza natural que Moçambique, ainda que em menor dimensão, existem mais informação disponível sobre as assimetrias regionais do muitas vezes se reconhece. É verdade, muita dessa informação precisa de ser organizada e, acima de tudo, transformada de matéria-prima em produtos que satisfaçam as nossas necessidades como, nestes caso, as necessidades associadas com as questões acima enumeradas.

É precisamente isto que o presente RNDH99 espera oferecer ao leitor. Contrariamente ao *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1998* (RNDH98), mas cumprindo o que naquele trabalho fora prometido, o RNDH99 avança da superfície da nação para o interior do país. Por outras palavras, procura-se avançar para além das repetidas classificações, a que os *media* nos habituou ao longo da década passada, dum Moçambique situado na cauda do desenvolvimento mundial, por causa do baixo nível do seu PIB, IDH e vários outros indicadores.

Mas para que esta mesma análise do desenvolvimento humano pudesse ser virada para dentro do próprio país foi preciso, primeiro, ultrapassar algumas limitações metodológica e analíticas nunca antes resolvidas. Em particular, criou-se uma metodologia de desagregação do produto interno bruto (PIB) nacional, por províncias e regiões. Sem estes dados do PIB não seria possível medir, por exemplo, o índice de desenvolvimento humano (IDH) dentro do país, muito menos começar a esclarecer certas dinâmicas complexas do crescimento económico e do desenvolvimento em cada província e região do país.

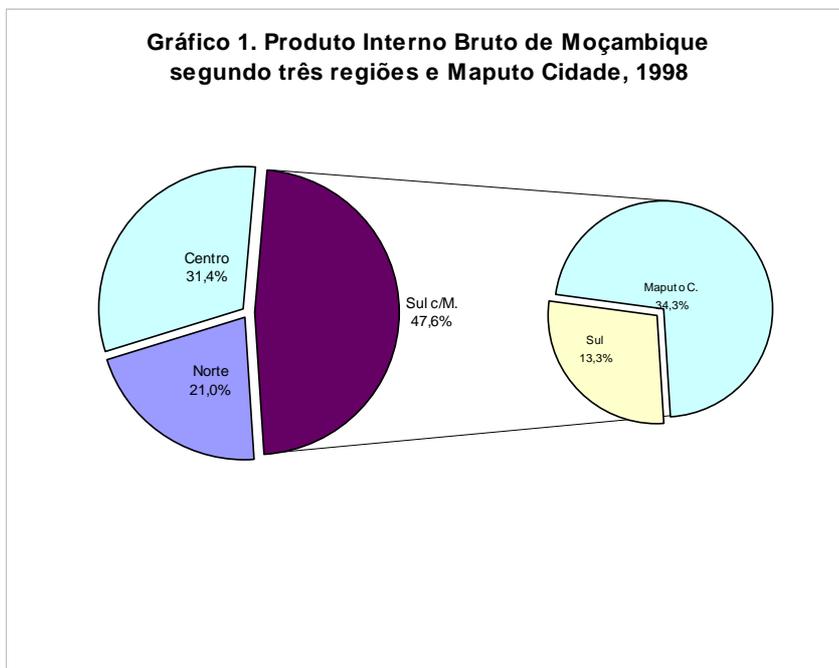
Quem produz o quê e quanto?

Qual é, então, a contribuição de cada grande regiões e das 11 províncias de Moçambique para o PIB de Moçambique? Alguns resultados são os seguintes:

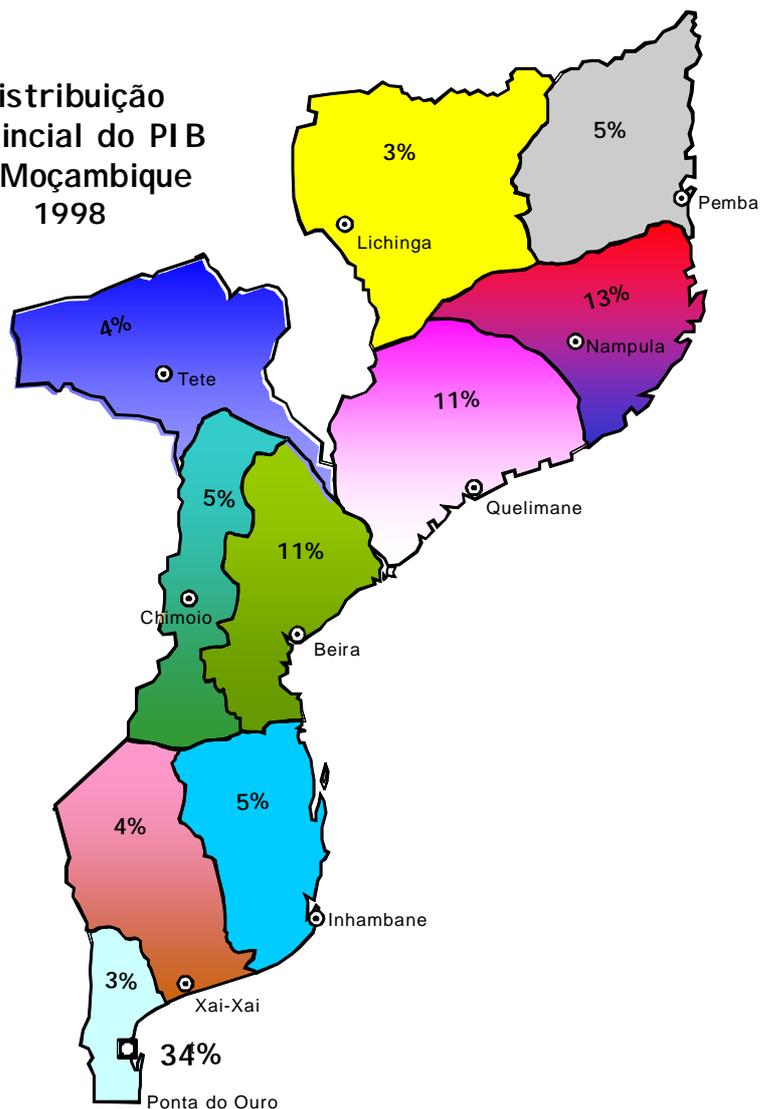
1. Em 1998, o PIB de Moçambique rondou os 3,9 biliões dólares americanos (US\$), para os quais a região Norte contribui com 21%, a região Centro com 31% e o Sul com 48%.

2. A Cidade de Maputo destaca-se das demais regiões do país, contribuindo

com cerca de 35% para o PIB de Moçambique. Isto significa que cerca de 6% da população de Moçambique, residente na Cidade de Maputo, produz tanto como a população toda do resto do Sul e Norte em conjunto; tanto como cerca de 52% da população de Moçambique ou, seja, mais de 8,6 milhões de pessoas. O principal sector no PIB da Cidade de Maputo é o dos serviços (67%), nomeadamente Comércio (31%) e Transportes e Comunicações (14%).



Distribuição provincial do PIB de Moçambique 1998



- Depois da Cidade de Maputo, as províncias de maior peso no PIB nacional são: Nampula com 13%, Sofala e Zambézia 11%, cada uma. As restantes sete províncias contribuem entre 3% (Niassa) e 5% (Cabo Delgado e Inhambane).
- O PIB real per capita de Moçambique aumentou de US\$ 165 1996 para US\$ 237 em 1998. Contudo, o PIB real per capita da Cidade de Maputo aumentou de US\$ 879 em 1996 para US\$ 1.340 em 1998. Isto significa que o PIB per capita da Cidade de Maputo é seis vezes maior do que a média nacional, e 11 a 12 vezes maior do que o PIB de províncias como Zambézia, Tete, Manica e Niassa. A província de Niassa possui o menor PIB per capita, seguida imediatamente da Zambézia: US\$ 120 e US\$ 126, em 1998, respectivamente.

A ansiedade por informação, relevante e actualizada como esta é tão grande que, há vários meses antes da publicação do RNDH99 foram já diversas as solicitações de permissão da sua utilização para diversos fins. Pessoalmente, tive o privilégio, ao dos três meses passados, de partilhar e debater alguma desta informação, em pelo menos seis capitais provinciais.⁵

As surpresa, para além dos comentários e sugestões, foram diversas. Quando falo de surpresas lembro-me, por exemplo, da pergunta do entrevistador da rádio na Zambézia, no intervalo, depois da apresentação do quadro macroeconómico daquela província. "Então, a tão propalada grande riqueza da Zambézia é um mito?", perguntou-me o jovem, num tom de quem parece ter ficado com o orgulho melindrado.

"De modo algum", tranquilizei o entrevistador. "Tanto quanto sei, a riqueza de que se fala, continua aqui. Quando a gente fala que a Zambézia é rica, em termos naturais e da sua enorme potencialidade de produzir mais riqueza acrescentada, ninguém está a inventar mitos. Agora, o que actualmente se produz é, grosso

⁵ Tratou-se dos seminários provinciais de divulgação dos perfis de pobreza e do desenvolvimento humano, realizados pelo Ministério do Plano e Finanças em todas as capitais provinciais. Ver Brochuras sobre o perfil provincial de pobreza e desenvolvimento humano para cada província.

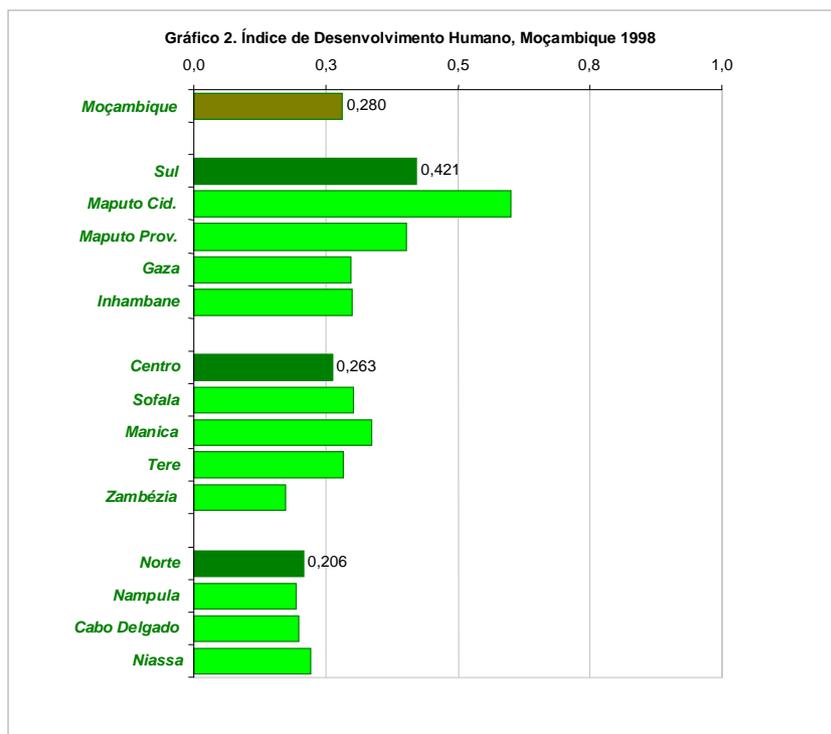
modo, aquilo que os nossos números mostram. E, mesmo que os nossos números não capturem tudo, o que é totalmente admissível, o mesmo se passará com as outras províncias. Por isso, em termos relativos a contribuição da Zambézia para o PIB nacional não deverá estar muito longe da verdade. Agora, o mais grave e preocupante, é que esta província vive uma verdadeira catástrofe humana. Não tem as piores taxas de incidência da pobreza absoluta; mas tem as piores taxas de esperança de vida e de mortalidade infantil, bem como elevadíssimas taxas de analfabetismo".

E, aqui, estamos a entrar no outro indicador escolhido para este artigo, o índice de desenvolvimento humano (IDH), do qual o PIB real per capita é um dos seus três componentes.

Maputo está cada vez mais longe do seu próprio país?

"Puxa! Já não bastava que a minha mãe me tivesse no país mais pobre do mundo, ainda precisa ela de ir ter-me na província mais pobre do país?". Foi desta forma que um velho amigo meu, em conversa, num dos cafés da Cidade de Maputo, reagiu quando lhe enumerava alguns dos resultados da pesquisa que venho coordenando. "A província com pior IDH no país?", respondi-lhe eu. "Infelizmente, é a província onde tu e eu nascemos: a Zambézia". Alguns outros resultados revelados pelo IDH são os seguintes:

1. À Zambézia, com o IDH (0,176) mais baixo entre 1996 e 1998, seguem-se, por ordem crescente e com valores inferiores a 0,300, as províncias de Nampula (0,198), Cabo Delgado (0,202) e Niassa (0,225) e Tete (0,284). Com valores do IDH entre 0,300 e 0,500, em 1998 encontra-se Gaza (0,303), Sofala (0,305), Inhambane (0,306), Manica (0,340) e Maputo Província (0,410).



2. Convém esclarecer que estes valores do IDH não directamente comparáveis aos valores do IDH internacionais porque o seu componente económico (o índice do PIB real per capita) é calculado em Meticais, em vez de paridade do poder de compra (PPC). Dado que o foco principal do RNDH99 é a análise da situação do desenvolvimento humano dentro de Moçambique, por regiões e províncias, optou-se por se usar o PIB per capita, dentro do IDH, calculado em Meticais; esta é a medida monetária que melhor reflecte a situação económica local

adas, classificar-se-iam no nível dos países como a Serra Leoa e Níger.⁶

3. A disparidade entre a Cidade de Maputo e o resto do país é enorme. A Cidade de Maputo, com um IDH igual a 0,605, é a única zona de Moçambique que se pode classificar na categoria de desenvolvimento humano médio.⁷ Ou seja, em termos de classificação internacional, próximo do nível de países como o Botswana, Egipto, Argélia e Suazilândia.⁸ Não admira, por isso, que algumas pessoas afirmem, em linguagem vulgar, que 'Maputo está cada vez mais longe do seu próprio país'.
4. Em termos regionais, como ilustra o Gráfico 2, quanto mais distante uma região se encontra da Cidade de Maputo menor é o seu IDH. O valor do IDH da Cidade de Maputo é 1,8 vezes superior ao do resto do Sul, 2,3 vezes superior ao da região Centro, e 2,9 vezes maior do que o IDH da região Norte.
5. Mas a discrepâncias mais gritantes é entre a Cidade de Maputo e a Província da Zambézia; o IDH da primeira é 3,5 vezes superior ao da segunda. Quais as implicações disto? Como se refere no RNDH99, enquanto a Cidade de Maputo terá que compensar uma carência no desenvolvimento humano de aproximadamente 40%, a Zambézia precisa de compensar uma carência da ordem dos 83%.

Progressos e privações: quem avançou e quem está a patinar?

Mais importante do que os níveis dos indicadores num determinado ano há que prestar atenção às suas tendências ao longo do tempo. O RNDH99 apresenta (Quadro 1.2) o cálculo dos valores do IDH entre 1994 e 1999, sendo este último ano uma estimativa provisória. Este cálculo usa o PIB real per capita medido em PPC, para permitir comparações internacionais com dados mais actualizados do que aqueles que foram usados no RGDH99 (PNUD, 1999: 137).

Assim, pode-se dizer que durante o último quinquénio do Século XX houve algum progresso real no desenvolvimento humano de Moçambique? Sim, sem dúvida! Os dados indicam que houve progresso, mas lento, ainda débil e, de modo algum, comparável ao rápido crescimento económico observado no mesmo período.

⁶ Entre os 174 países para os quais foi construído o IDH relativo a 1998 (ver UNDP, 2000: 160), a Serra Leoa e o Níger posicionaram-se na base da classificação com 0,252 e 0,293, respectivamente (PNUD, 1999: 137). Se o índice do PIB aqui considerado fosse calculado em \$PPC, o IDH das quatro províncias acima referidas também rondariam por valores inferiores a 0,300.

⁷ Segundo a concepção do desenvolvimento humano os países podem ser classificados em três grupos: países com desenvolvimento humano baixo (IDH entre 0 e 0,500); países com desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799); países com desenvolvimento humano elevado (IDH igual ou superior a 0,800).

⁸ Se o índice do PIB da Cidade de Maputo tivesse sido calculado em \$PPC, o seu IDH rondaria os 0,669. Os três países aqui referidos, da categoria de desenvolvimento humano médio, têm valores do IDH entre 0,609 e 0,665 (PNUD, 1999: 136).

Os valores do IDH relativos ao último quinquénio da década de 1990 revelam uma tendência positiva, crescendo cerca de 11% entre 1994 e 1998. Porém, quanto ao progresso real na redução das carências em desenvolvimento humano os valores são relativamente menores. Tal estimativa da redução das carências em desenvolvimento humano pode ser feita através da medição da distância do valor do IDH do país relativamente ao valor máximo possível de 1. Por outras palavras, a diferença entre o valor atingido pelo país e o valor máximo possível mostra a carência do país, ou a distância que ainda tem de percorrer.

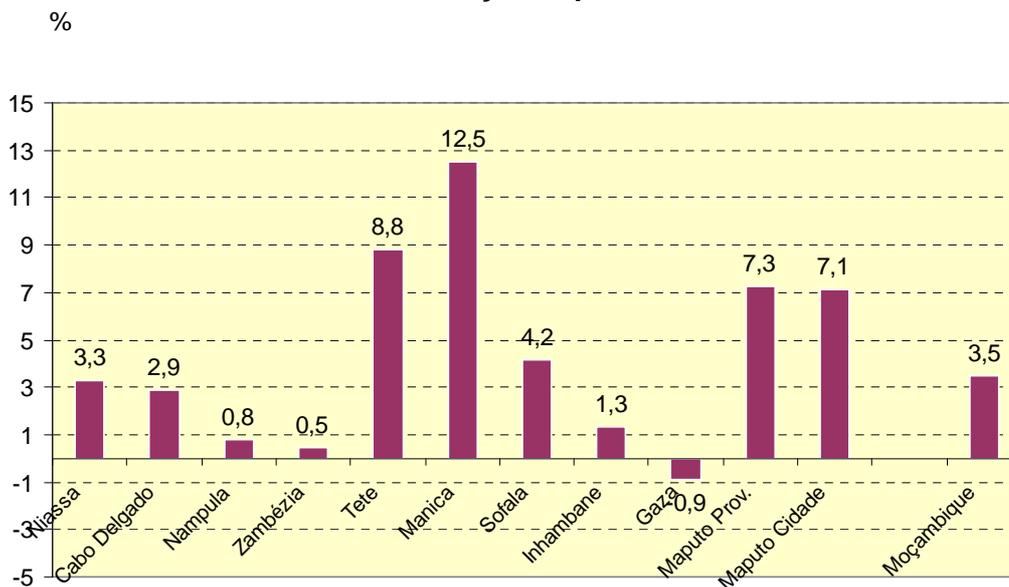
Gráfico 3. Redução das carências no desenvolvimento humano, Moçambique 1994-1999



O Gráfico 3 indica que a redução das carências, ou défice do país em relação ao valor máximo do IDH (isto é, 1) entre 1994 e 1998 foi de apenas 5%. Se a previsão do IDH para 1999 se confirmar, pode-se dizer que no último quinquénio do Século XX Moçambique terá reduzido as suas carências em desenvolvimento humano em cerca de 7%.

Mas tal progresso abrangeu todas as províncias? Infelizmente, não. As estimativas apresentadas no RNDH99 indicam que apenas quatro províncias contribuíram em mais de 5% para a redução das carências em desenvolvimento humano: Manica, Tete, Maputo Província e Maputo Cidade. As outras províncias permaneceram estacionárias: Zambézia, Nampula, Sofala, Niassa e Cabo Delgado, Inhambane (ver Gráfico 4).

Gráfico 4. Variação no défice das carências em desenvolvimento humano, Moçambique 1996-98



Oportunidade de nova investigação: da descrição à explicação

Este breve artigo tratou, de forma muito resumida, dois dos mais importantes resultados apresentados no RNDH99. Outros há que, oportunamente, merecerão a sua devida atenção também. No entanto, os dados do PIB e do IDH, desagregados por províncias e regiões, sugerem que durante o último quinquénio do Século XX existiram progressos reais em Moçambique, em termos de desenvolvimento humano. Contudo, tal progresso é lento, relativamente débil e, de modo algum, comparável ao rápido crescimento económico observado no mesmo período.

Estas conclusões deverão merecer um aprofundamento mais atento e minuciosos, sobretudo no que diz respeito aos determinantes das dinâmicas sociais e económicas em cada região e província. Por isso é que afirma no RNDH99 que grande parte das interrogações enunciadas no RNDH98 continuam pertinentes para o de 1999; certamente, continuarão e deverão merecer um aprofundamento em futuros trabalhos deste tipo, bem como trabalhos realizados por outros investigadores.

Apraz-nos saber que ainda antes deste Relatório ser publicado algumas instituições relevantes no país mostraram já interesse em utilizar alguns dos resultados aqui apresentados. Acima já foi mencionado o Ministério do Plano e Finanças. De igual modo, o INE, através do seu Presidente, também já mostrou o interesse em institucionalizar o exercício de desagregação do PIB por regiões e províncias. Se tal acontecer, certamente as direcções provinciais irão poder beneficiar de mais este indicador de planificação económica e do desenvolvimento subregional e provincial.

Por seu turno, O RNDH99 olha para as perspectivas futuras de investigação com optimismo. À medida que análise socio-económica em Moçambique se vira para dentro do país, abrem-se novas pistas de pesquisa e debate amplo, construtivo e inteligente.

No fim de contas, já não basta falar, de forma genérica, da necessidade de uma estratégia de desenvolvimento de Moçambique. A questão mais importante que é preciso responder é outra: que estratégia de desenvolvimento?

Sem dúvida, mesmo sabendo que a falta duma estratégia clara é, geralmente, a principal causa para a crise duma organização ou instituição, quer seja ela uma simples empresa ou um país, é sempre possível viver sem estratégia. É possível trabalhar, tomar iniciativas, agir e mudar isto ou aqui, sem uma estratégia clara em vista. Só que, sem estratégia, é como boiar como uma rolha de cortiça na superfície do oceano das mudanças sociais, enquanto se acredita que qualquer direcção conduzirá a algum desenvolvimento.

Referências

Couto, Mia. 2000. *O último Voo do Flamingo*. Lisboa: Editorial Ndjira.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1999. *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 1998*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1999. *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 1999*. New York: Oxford University Press.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2000. *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2000*. New York: Oxford University Press.